



## A prioridade ontológica do trabalho em György Lukács<sup>1</sup>

*Daniel Handan Triginelli*<sup>2\*</sup>

*Hormindo Pereira de Souza Junior*<sup>3\*\*</sup>

**Resumo:** O artigo apresenta os traços fundamentais que permeiam as categorias Trabalho e Formação Humana na Ontologia do ser social de Lukács. Para alcançar tal objetivo, é necessário debruçar-se sobre os nódulos internos que permeiam a atividade sensível do ser, que, ao longo da história, acumula na prática as condições que possibilitam o ser orgânico realizar o salto ontológico em direção a constituir-se como ser social. Verifica-se, ainda, que a capacidade teleológica dos indivíduos sociais está subordinada ao trabalho humano. No desenvolvimento social, é possível apreender a teleologia de segunda ordem, que pese, a capacidade de um ou mais indivíduos sociais influenciarem a maioria ou parte do ser social em desempenhar pores teleológicos não elaborados por eles. Os elementos práticos remetem à ampliação do trabalho como ontogênese de toda a práxis social. Por fim, pretende-se expor o processo de autoconstituição material e histórica do ser social e sua gênese no trabalho.

**Palavras-chave:** Trabalho; Ontologia do ser social; Formação humana; Teleologia; Práxis social.

---

1 Este artigo é resultado da pesquisa doutoral: *Trabalho e Formação Humana na Ontologia do Ser Social de György Lukács*, de Daniel Handan Triginelli (2016).

2\* Doutor em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professor de História da Rede Municipal de Belo Horizonte. [daniellic.bchistoria@yahoo.com.br](mailto:daniellic.bchistoria@yahoo.com.br). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3005783852931109>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3443-1576>.

3\*\* Doutor em História e Filosofia da Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Professor titular na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). [hormindo33@hotmail.com](mailto:hormindo33@hotmail.com). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4152804305418122>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9411-6802>.

## **Ontological priority of labor in György Lukács**

**Abstract:** The article presents the fundamental characteristics that permeate the categories Labor and Human Formation in Lukács' Ontology of the social being. In order to do this, it is necessary to focus on the internal nodes pervading the human being's sensitive activity which, throughout history, in practice provides the conditions that allow the organic being to make the ontological leap toward becoming a social being. It is also noted that the teleological capacity of social individuals is subordinated to human work. In social development, it is possible to understand secondary teleology, that measures the ability of one or more social individuals to influence most or part of the social being to carry out teleological positings they have not produced themselves. The practical elements refer to the expansion of labor as ontogenesis of social praxis as a whole. Finally, the article will discuss the process of material and historical self-constitution of the social being and its genesis in labour.

Verifica-se, ainda, que a capacidade teleológica dos indivíduos sociais está subordinada ao trabalho humano

**Key-words:** Labor; Ontology of the social being; Human formation; Teleology; Social praxis.

## **La prioridad ontológica del trabajo en György Lukács**

**Resumen:** El artículo presenta los rasgos fundamentales que impregnan las categorías Trabajo y Formación humana en la ontología del ser social de Lukács. Para lograr este objetivo, es necesario centrarse en los nodos internos que impregnan la actividad sensible del ser, que, a lo largo de la historia, acumula en la práctica, las condiciones que permiten al ser orgánico dar el salto ontológico para constituirse, cómo ser social. También se verifica, parece que la capacidad teleológica de los individuos sociales está subordinada al trabajo humano. En el desarrollo social, es posible aprehender la teleología de segundo orden, a pesar de la capacidad de uno o más individuos sociales para influir en la mayoría o parte del ser social para realizar poros teleológicos no elaborados por ellos. Los elementos prácticos se refieren a la expansión del trabajo como ontogénesis de toda praxis social. Finalmente, se pretende exponer el proceso de autoconstitución material e histórica del ser social y su génesis en el trabajo.

**Palabras clave:** Trabajo; Ontología del ser social; Formación humana; Teleología; Praxis social.

## **Trabalho, pôr teológico e práxis social na formação humana**

O objetivo de Lukács, em seu último esforço filosófico, tem relação com a necessidade, verificada por ele, em retornar à obra de Marx para a compreensão dos problemas contemporâneos e atuais. Esse retorno pretende, de forma rigorosa e criteriosa, apreender, compreender e explicitar a essência filosófica, histórica e materialista da teoria social construída por Marx. Esse movimento possibilita e objetiva explicitar a estrutura ontológica que permeia a totalidade do arcabouço marxiano, ou seja, os estudos e análises de Marx iniciadas na década de 1840 (por muitos, denominada juventude), até a síntese histórica, realizada na fase tida como madura, principalmente em *O Capital*. Nesse sentido, o filósofo húngaro desmistifica a separação entre as fases de juventude e maturidade, explicitando que a totalidade da obra marxiana não apresenta rupturas e é marcada pelo desenvolvimento permeado pelo rigor exigido na tangência do procedimento imanente de apreensão, compreensão e reprodução da realidade e práxis social. Sendo assim, para Lukács, a obra de Marx representa o início que possibilita a compreensão rigorosa da realidade, onde se coloca a possibilidade e/ou alternativa de transformação concreta da vida social pelos sujeitos de cada época histórica.

Ao se pôr e debruçar sobre tal tarefa, Lukács apreende, compreende e explicita o desenvolvimento das bases ontológicas que permeiam o desenvolvimento material e histórico do ser social presentes na teoria social de Marx. Nesse sentido, nosso autor demonstra como forma e conteúdo, do ponto de vista ontológico, se contrapõe às elaborações científicas burguesas que, em síntese, podem ser entendidas como uma ciência que, no processo de apreensão da realidade histórica, centraliza a produção de conhecimento nos métodos embasados na fundamentação

puramente epistemológica, dessa maneira, ignorando ou desprezando o momento primário, o ontológico. Esse movimento aparece nas formas predominantes do racionalismo, do irracionalismo e do neopragmatismo, e elabora suas apreensões e compreensões de forma distorcida do que está posto na realidade. Marx expõe a fragilidade de tais elaborações, ao afirmar que:

Para a consciência – e a consciência filosófica é determinada de tal modo que, para ela, o pensamento que concebe é o homem efetivo, e o mundo concebido é como tal o único efetivo. Para a consciência, pois, o movimento das categorias aparece como ato de produção efetivo – que recebe infelizmente apenas um impulso do exterior –, cujo resultado é o mundo, e isso é certo (aqui temos de novo uma tautologia) na medida em que a totalidade concreta, como totalidade de pensamentos, como um concreto de pensamentos, é de fato um produto do pensar, do conceber; não é de modo nenhum o produto do conceito que pensa separado e acima da intuição e da representação, e que se engendra a si mesmo, mas da elaboração da intuição e da representação em conceitos. (Marx, 1999, p. 40).

Partindo das categorizações marxianas, “Lukács confronta-se arduamente com a teoria do conhecimento predominante em sua época (e que se mantém até nossos tempos)”. (Triginelli, 2016, p 318). Para a realização dessa tarefa, o autor remonta toda a história do conhecimento, ou seja, explícita de forma imanente todas as posições desde a Antiguidade clássica. É na filosofia clássica alemã onde Lukács localiza e destaca os principais avanços; contudo, é também onde apresenta os pontos de retrocesso.

Em seu retorno a Marx, Lukács identifica os princípios ontológicos fundamentais que confronta e supera as elaborações idealistas, em especial na filosofia hegeliana. Isso, mesmo que em certa medida, inicialmente influenciado pelo materialismo de Feuerbach. Contudo, trata-se de um momento que, no todo do processo, dura pouco tempo, já que, em um curto espaço de tempo, Marx apreende que: quando Feuerbach se apresenta como materialista, ele não toma em consideração a história, e quando a história é

considerada, ele abandona o materialismo. Quando estrutura e apresenta essa crítica, Marx rompe com a filosofia hegeliana, pois toma a totalidade histórica como ponto imanente de estudo e, dessa forma, põe-se o ponto de partida marxiano, para demonstrar o papel central que as categorias econômicas desempenham no decorrer da história humana de produção e reprodução da vida. “Com isso, não se pode atribuir uma finalidade à história, menos ainda pensar que um espírito absoluto seja capaz de conduzi-la, mas, antes de tudo, são os homens concretos que, a partir de seus atos, primeiro singulares, depois sociais, fazem a história” (Triginelli, 2016, p. 319).

Ao ratificar essa posição, Marx subordina a efetivação da teleologia ao trabalho. Posto de outra forma, trata-se de uma categoria que somente pode se pôr e se realizar na esfera do trabalho humano. Ao fazer isso, a centralidade do trabalho é verificada de forma rigorosa em Marx. Afinal, essa é a categoria fundante da totalidade do processo de desenvolvimento humano material e histórico. Lukács demonstra como o complexo do trabalho possibilita o desenvolvimento dos demais complexos que compõem a realidade social, atingindo níveis mais avançados de organização e complexidade.

Ao realizar essa tarefa, Lukács reúne as condições necessárias e determinantes para estruturar sua crítica e questionar o denominado marxismo vulgar. As muitas formas de apreensão da obra marxiana desenvolvidas no decorrer da história, hegemonicamente, partem do ponto estabelecido pela filosofia burguesa, quer dizer: tomam para si, na forma de reivindicação, os métodos postulados pelo neokantismo e/ou pelo idealismo hegeliano. Dessa forma, incorrem no erro de buscar o suposto “método” de Marx. “Por vezes, o foco principal lukácsiano é a necessária desconstrução das elaborações stalinistas que, conforme ele, rebaixaram o marxismo à condição de uma teoria atrasada, incapaz de dar conta da realidade”. Ao nos atermos à realidade, não é tarefa complicada perceber a razão de Lukács acerca de tal afirmativa. Nesse sentido, foi a forma encontrada pelo filósofo húngaro para confrontar o prejuízo promovido por esse marxismo; por essa razão se fez necessário reaprender a herança marxiana como forma possível

para “reformular as sociedades pós-capitalistas (o chamado socialismo real)” (Triginelli, 2016, p. 320).

A partir do exposto, reconhece-se que Lukács, a partir de seu esforço teórico, filosófico e político, atuou, no interior do movimento comunista, a fim de reformá-lo. Ele pode realizar esse movimento desde que localizou e apontou deformações filosóficas, teórico-metodológicas e políticas no desenvolvimento da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Demarcou, ainda, que após a morte de Lênin não se teve movimento teórico que se preocupou em seguir na esteira de Marx. Ao retornar, de maneira imanente, aos textos originais de Marx, Lukács apreende e compreende de forma criteriosa o desenvolvimento filosófico e teórico-metodológico marxiano. Essa elucidação o possibilita realizar, com extremo rigor, a apreensão e compreensão exata da realidade social existente no interior do movimento comunista de sua época. É nesse processo que ele consegue ampliar o leque de elementos que, a sua disposição, o permite promover análises críticas mais densas e fecundas do sistema capitalista, predominante em parte do mundo bipolarizado.

Outro elemento importante a ser ressaltado, e que igualmente se apresenta como ponto destacado na obra aqui estudada, tem relação com o projeto de Lukács em elaborar, sobre bases teóricas, a ética comunista. “Ou seja, a forma de ser do ser social em sua plena forma humana emancipada”. Por essa razão, mesmo que o autor não reconheça em sua última entrevista autobiográfica, e que grande parte de seus estudiosos ressaltem essa não intenção, Lukács, em “Para uma Ontologia do Ser Social”, explicita, ao longo da obra, que o objetivo posto em sua elaboração era, ou deveria ter sido, a introdução à sua Ética. Todavia, o texto aqui estudado, a Ontologia, tornou-se, uma obra de síntese. Nele se apreende e reproduz uma síntese que vai desde o processo da autoconstituição do ser social até o desenvolvimento das mais complexas estruturas da totalidade social. Tomando a autoformação, “passa as determinações deste ser enquanto ente que se põe no mundo, explicitando todos os nódulos internos que formam a plataforma necessária de domínio da natureza pelo complexo do trabalho através de seus pores teleológicos”. Ao verificar a correção dos resultados

proporcionados pelo procedimento marxiano, Lukács analisa, de forma imanente, o processo de surgimento e desenvolvimento dos complexos categoriais sociais. Ele realiza esse movimento tomando como ponto de partida o salto ontológico. Isso quer dizer que o evento transformador só pode se realizar a partir do desenvolvimento do complexo primário que como consequências possibilitou o surgimento dos demais complexos sociais (linguagem, consciência e direito são exemplos). Nosso filósofo também apresenta, com o rigor necessário, os “pores teleológicos secundários (a influência de um ou mais homens a realizarem pores traçados por outros homens) e a divisão social do trabalho”. A partir da criteriosa apreensão e compreensão desses processos, trata e replica o desenvolvimento estrutural das formas de reprodução social desde os formatos mais primitivos de agrupamento humano e realiza uma densa análise da Antiguidade. Da mesma forma, se debruça sobre a reprodução estruturada pelo sistema de produção feudal até alcançar o desenvolvimento das formas mais implicadas e complexas de categorias sociais, que só poderiam se desenvolver e progredir quando da “superação do feudalismo pelo capitalismo” (Triginelli, 2016, 321).

Da obra aqui estudada, o que se apreende é uma rigorosa pesquisa histórico-teórica que apresenta forte densidade e profundidade, respondendo ao objetivo de alcançar os meandros ontológicos que delimitam o ser social. Situando-se no interior da historicidade, o autor apreendeu o processo desde o ato fundante, “o salto ontológico promovido pelo surgimento do complexo originário (mesmo sem a possibilidade concreta de precisão de quando se deu tal salto), o trabalho” (Triginelli, 2016, 321).

Ao tratar o trabalho como a mediação que dá origem a todo os demais complexos sociais, evidencia-se como, a partir da realização do pôr teleológico, Lukács apreende, compreende e reproduz a prioridade ontológica do trabalho como o complexo categorial que funda o ser social, que possibilita e concretiza o salto ontológico. Esse salto se dá, exatamente, quando este ser, qualitativamente novo, se põe no mundo, ou seja, se coloca a trabalhar e, dessa forma, promove a dupla transformação.

Sendo assim, entende-se como assertiva a afirmação de que o trabalho é o propulsor, de maneira lenta e gradual, que conduz e culmina na transformação do ser orgânico (natural) à condição de ser social. Desta forma, no decorrer da história, ele possibilita o que se entende ser a autoconstituição do gênero humano em si.

Contudo, é fundamental o entendimento de que o trabalho somente é realizável a partir da efetivação dos pores teleológicos. Como já explicado, os pores teleológicos estão subordinados ao ato de trabalho. Essa relação entre trabalho e pôr teleológico oferece a Marx e a Lukács os meios necessários para refutar filosófica e praticamente as distorções às quais a categoria teleologia foi apreendida, compreendida e reproduzida no desenvolvimento da história da filosofia (principalmente a idealista) e da teologia. Ao subordinar a teleologia ao trabalho, Lukács reproduz, com exatidão, a condição concreta e necessária à existência do ser social e a reprodução da vida humana. Neste sentido, se evidencia que, no ato de objetivar-se concretamente no mundo, ocorre a consolidação e a relação intrínseca à sua condição de efetivamente se pôr; conseqüentemente, esses são, necessariamente, dependentes do processo de inter-relação ininterrupto entre pensar, agir e transformar.

Ao promover transformações pelo trabalho e transformar as coisas em estado natural em objetos qualitativamente novos – objetos que, agora, para além de ser, têm atribuída a si uma finalidade que objetiva satisfazer necessidades do ser social –, nesse processo, se faz presente, igualmente, a categoria da alternativa. Contudo, é preciso ressaltar que:

Como já vimos, uma verdade fundamental da concepção marxiana é que os próprios homens fazem a sua história, mas não podem fazê-la nas circunstâncias escolhidas por eles. Os homens respondem – mais ou menos conscientemente, mais ou menos corretamente – às alternativas concretas que lhes são apresentadas a cada momento pelas possibilidades do desenvolvimento social. Nisso, portanto, já está implicitamente contido o valor (Lukács, 2103, p. 122).



Foi demonstrado que, para ser possível haver uma alternativa substantiva à humanidade, é preciso que não se elimine a possibilidade real de que se trate de uma alternativa concreta. Isso permite e significa pontuar que, para o filósofo húngaro, trata-se de decisões que somente podem ser tomadas pelos humanos, tanto no plano individual como no coletivo, acerca das condições adequadas à concretização do pôr do fim. “Em termos objetivamente ontológicos surge uma constituição, já por nós descrita sob vários aspectos, da consciência humana, que deixa de ser um epifenômeno biológico e se torna um momento essencial ativo do ser que está nascendo” (Lukács, 2013, p. 129). Ao alcançar tal constatação, se torna possível identificar o germe da liberdade, ou a efetiva possibilidade do ser social em se emancipar. Esse momento se torna possível por nenhuma alternativa, ou conjunto de alternativas, ser concretamente um reflexo representativo da totalidade real. E é preciso ter a noção de que a finalidade não está entrelaçada ao resultado alcançado pela produção do indivíduo que toma a decisão. O que ocorre: é a produção do ser social que se realiza na realidade.

Quando, pelo trabalho, se começa a produzir pondo como finalidade a satisfação das necessidades imediatas, o ente humano adentra o campo que o permite conhecer as propriedades naturais dos objetos nos quais age a partir de seu trabalho. É preciso ter ciência, ainda, de que isso, igualmente, em proporção crescente, torna-se uma necessidade. O conhecimento acumulado oportuniza aos homens conhecer para escolher, com exatidão, qual pedra, dentre todas as pedras, é a adequada à confecção de uma ferramenta, por exemplo.

No ser-em-si da pedra não há nenhuma intenção, e até nem sequer um indício da possibilidade de ser usada como faca ou como um machado. Ela só pode adquirir tal função de ferramenta quando suas propriedades objetivamente presentes, existentes em si, forem adequadas para entrar numa combinação tal que torne isso possível. E isso, no plano ontológico, já pode ser encontrado claramente no estágio mais primitivo. Quando o homem das origens escolhe uma pedra para usá-la, por exemplo, como machado, deve reconhecer corretamente esse nexos entre as propriedades da pedra

– que nas mais das vezes tiveram uma origem causal – e sua respectiva possibilidade de utilização concreta. Somente assim ele efetua aquele ato de conhecimento analisado por Aristóteles e por Hartmann; e quanto mais desenvolvido o trabalho, tanto mais evidente se torna essa situação (Lukács, 2013, p. 54).

Por si sós, os resultados obtidos no e pelo trabalho conferem aos homens domínio sobre a natureza. Dessa forma, compreende-se que: na relação entre o humano e a natureza, o trabalho é a mediação que possibilita subordinar a segunda e colocá-la em condições favoráveis à satisfação das necessidades do primeiro. A partir da compreensão até aqui constituída, é possível identificar que, no desenvolvimento desse processo, está situada a gênese que permitirá os desdobramentos que deram origem às ciências. Em outras palavras, trata-se da efetivação das generalizações que se dão a partir do acúmulo e uso dos conhecimentos acumulados historicamente a partir da realidade em si, nas coisas em si. Como resultado desse acúmulo, está posta a possibilidade de organização e reprodução do conhecimento produzido de maneira epistemológica.

Outro elemento importante que se desenvolve a partir do trabalho diz respeito à possibilidade de se alcançar a relação posta “entre teoria e prática. Essa relação expressa-se, em especial, na manifesta relação entre causalidade e teleologia”. Posto de outra maneira, isso está relacionado ao fato de que, para a elaboração e aplicação do projeto idealmente planejado, inicialmente, deve pôr-se em prática o conhecimento acumulado acerca das propriedades que compõem os elementos naturais. Esses elementos passarão pela ação do trabalho e por ele serão transformados em coisas diferentes. Também é fundamental destacar a importância do desenvolvimento dos meios (instrumentos) necessários para a execução do projeto elaborado.

Em síntese, a reflexão, até aqui, dá conta que: através do trabalho como pôr teleológico, o humano se põe e se efetiva no mundo concreto, constituindo o mundo humano. Lukács explicita como, ao efetivar suas ações, se realiza aí a determinação que se entende como a gênese do processo de formação humana. Ao tomar a totalidade desse desenvolvimento, se explicita a inter-relação da objetividade e da

subjetividade. Apreende-se, também, que tais esferas se manifestam ininterruptamente no interior dos desdobramentos que originam no complexo primário: o trabalho. Dito de outra forma: através da realização e efetivação dos pores teleológicos no trabalho, está posta a possibilidade do desenvolvimento social. Lukács, acompanhando Marx, expõe a questão da seguinte forma:

Desse modo, o conhecimento da teleologia do trabalho é algo que, para Marx, vai muito além das tentativas de solução propostas pelos seus predecessores, mesmo grandes como Aristóteles e Hegel, uma vez que, para Marx, o trabalho não é uma das muitas formas fenomênicas da teleologia em geral, mas o único ponto onde se pode demonstrar ontologicamente um pôr teleológico como momento real da realidade material (Lukács, 2013, p. 51).

Porém, ao se alcançar o desenvolvimento resultante do processo social, é apreensível uma outra forma de pôr teleológico, a forma secundária. O que quer dizer que, na vida social, o ente humano transpassa o ato de transformar coisas naturais em objetos úteis, de concretizar seu domínio sobre a natureza e colocá-la à sua disposição; a partir desse movimento, o ser social, mirando interesses específicos (individuais ou coletivos), esforça-se em buscar e efetivar influência sobre outro indivíduo ou grupos. Esse interesse pretende a realização de pores teleológicos por quem não os constitui em si ou não são originários do seu próprio ser. Nessa relação, a dimensão que permeia a vinculação entre complexos é criteriosamente demonstrada. Esse é o processo que eleva o trabalho à condição reconhecida como o complexo central, que potencializa a realização da autoconstituição. Reconhecendo como assertiva esta análise, é correto afirmar que: o trabalho é o que possibilita o desenvolvimento da totalidade das potencialidades humanas e, dessa forma, possibilita o desdobramento dos demais complexos. Estes últimos, já compostos por categorias puramente sociais. Nesse sentido, ao tomar os complexos referentes à linguagem e ao pensamento conceitual, por exemplo, Lukács, de forma geral, lançou luz

sobre o movimento dos complexos que foram estabelecidos e se estabelecem a partir do complexo originário. Nesse contexto, o trabalho se torna o modelo de toda práxis social.

Tomar como ponto de partida a Ontologia de Lukács possibilitou a apreensão das objetividades presentes no processo de desenvolvimento do complexo originário e sua importância no e para o devir ser humano. Essa apreensão é de grande importância para se ter uma rigorosa e assertiva compreensão acerca dos desdobramentos ocorridos no processo de socialização e reprodução humana, tanto em si como na esfera social.

Por essa razão, em momento algum Lukács renunciou à totalidade do processo de auto constituição do ser social e, conseqüentemente, dos desdobramentos na dimensão social que se deram no transcurso da história, até alcançar as formas superiores de existência. Nessa esfera, se torna possível apreender os contornos que, em sua forma mais expressiva, sempre estiveram presentes no trabalho: a subjetividade. Nesse quadro, se identifica a articulação entre gênero em si e gênero para si. No primeiro caso, está estabelecida a relação direta de uma zebra em seu ser em si, não portar, naturalmente, a finalidade da forma de alimento a grandes felinos; o segundo está relacionado, de forma intrínseca, à capacidade humana em realizar e concretizar ações que contêm em si sentido, finalidade etc. como forma prática de satisfação das necessidades mediatas e imediatas dos indivíduos que se efetivam no mundo pelo trabalho. Isso significa dizer que: trata-se da capacidade de um humano ou de agrupamentos humanos em se realizar e efetuar-se na realidade concreta pela execução de pores teleológicos, focados no objetivo de satisfazer tais necessidades. Ou seja, produzem valores de uso que reservam, em si, um fim. Ao realizarem tal movimento, submetem o ente natural a seu domínio e o transforma. Esse processo não se limita a transformar a coisa natural, mas também efetiva, igualmente, a transformação de si próprios. A partir do desdobramento de tais ações, fazem emergir as condições adequadas que os permite construir o mundo humano.

Ao demarcar a diferença fundamental entre gênero em si e gênero para si, Lukács abre a possibilidade de aprofundar sua análise, que o conduz

a terrenos de maior complexidade acerca da totalidade do ser social. A partir da realidade humana criada em torno do complexo do trabalho, torna-se possível o surgimento e desdobramentos de outros complexos que apresentam grande importância na totalidade, assim como na práxis social.

Ao se debruçar sobre a práxis, o filósofo húngaro abstrai as categorias linguagem e direito, por serem distintas, com o objetivo de apreender a totalidade do desenvolvimento social, tanto na dimensão da espontaneidade (linguagem) quanto na dimensão que transcende o metabolismo dos homens com a natureza a partir do momento que estes constituem complexos de categorias de caráter social (direito) que apresentam em si a característica de serem mais puros. “Esse processo de constituição da vida social e do desdobramento de categorias cada vez mais sociais se estabelece desde o comunismo primitivo, que se dá pelo desenvolvimento do complexo econômico que pauta a vida social”. Contudo, naturalmente, no transcurso do processo de desenvolvimento histórico e social do ser social, foi extrapolada a fronteira do complexo econômico, somando-se a ela as dinâmicas denominadas extraeconômicas, formando a totalidade deste novo ser, o que demonstra, portanto, que o seu desdobramento não está condicionado somente ao desdobramento da realidade econômica. Isso quer dizer que: na totalidade, é posto, igualmente, o desenvolvimento de complexos extraeconômicos. “Isso porque, desde tempos imemoráveis, os homens já necessitam cooperar entre si”. A partir dessa necessidade, inaugura-se a divisão do trabalho, fator que conduz os homens a realizar pores teleológicos secundários. “A unicidade que envolve as alternativas econômicas e extraeconômicas, as questões morais que envolvem o humano, em muitos casos não se apresentam de forma tão nítida, é o caso do trabalho enquanto metabolismo com a natureza” (Triginelli, 2016, p. 325). Ela somente pode demarcar o ponto de partida, apresentando-se como elemento, que, adiante, torna possível o surgimento das sociedades de classes.

Nesse contexto, é necessário destacar que as representações estatais, ou que a política, desempenham um papel fundamental no transcurso do desenvolvimento social e de sua reprodução. Lukács expõe como o

complexo da política, em sua gênese, é apreendido e entendido como mediador dos conflitos/antagonismos que envolvem as classes sociais. A princípio, esse complexo não se caracteriza como mediador das relações econômicas, sendo assim, trata-se de um complexo puramente social que reserva a si a tarefa de mediar “os aspectos éticos, morais, sociais, etc. que se interpõem no jogo de forças entre as classes”. Todavia, no decorrer da história, verifica-se que esse complexo, que, em sua gênese, resguarda a imparcialidade e se apresenta como mediador, por fim, consolida-se como um pêndulo. Este se apresenta, no entanto, sempre desequilibrado a favor de garantir a concentração de poder dentro das estruturas sociais, independentemente de qual regime político vigore. Se correta tal colocação, a classe dominante concentra em si o controle social. Por essa razão, o complexo do “direito, nesse caso, demarca exatamente esse objetivo de equivaler direitos iguais sobre bases desiguais, alcançando, dessa maneira, um reflexo distorcido da realidade” (Triginelli, 2016, p. 326). Dito de outra forma, o direito limita-se a tratar os fenômenos, entretanto, nunca é capaz de ir além, ou seja, de alcançar, apreender e compreender a essência. Lukács demonstra como o direito, na sociedade política/econômica, cria equivalências de direitos não equivalentes. Diz Lukács:

Por exemplo, quando um capitalista se vale de trabalho assalariado na produção, ele compra (como faz qualquer comprador) o valor de uso, nesse caso, o da força de trabalho, de sua capacidade de produzir mais que o necessário para a sua reprodução, exatamente a propriedade que determina o seu valor de troca. É a execução do trabalho – no quadro do tempo de trabalho socialmente necessário – que torna possível que os produtos criados por meio dele (igualmente valores de uso), por sua vez, adquirem um valor de troca, no qual está contido o produto específico do valor de uso da força de trabalho como mais-valor (Lukács, 2013, p. 167).

Dessa forma, é possível identificar que a contradição em questão está presente na ordem social desde as transformações sociais que levaram

o ser social a pôr fim no comunismo primitivo, até o momento de surgimento e predomínio das sociedades de classe (em todas as formas sociais conhecidas e verificadas no transcurso do desenvolvimento histórico). Assim, facilita-se a tarefa de apreender, de maneira imediata, o antagonismo posto acerca das tomadas de posições nas esferas econômica e moral. Nesse caso, destaca-se que, por um lado, as tomadas de posições econômicas são baseadas em formas mais ou menos elaboradas, a partir do trabalho simples; já no que tange o aspecto moral, a princípio, trata-se do resultado de algumas consequências advindas da esfera econômica que, por sua vez, propicia a ocorrência de efeitos na vida social, o que, em si, aparentemente prescreve determinadamente a estrutura resultante de uma contradição que envolve os valores.

A exposição acima é o que permite a Lukács realizar o retorno e analisar, de forma imanente, as possibilidades que permeiam a emancipação humana. Para a realização de tal tarefa, ele invoca o aspecto imperativo da categoria alternativa, posta no e pelo trabalho. Porém, para alcançar, conhecer e extrair com rigor tal categoria, foi necessário ao nosso autor apreender todos os meandros nos nódulos internos que permeiam a questão do valor. Assim, posteriormente, foi possível tratar a relação que envolve o corpo e alma e explicitar os aspectos errôneos de matriz filosófica/teológica que são reproduzidas na esfera da história, no desenvolvimento social, isso tanto na dimensão do sujeito quanto na esfera da cotidianidade social. “Nesse sentido, todo valor que tenha em si autenticidade está inserido em um momento que tenha relevância do que se entende por complexo fundamental do ser social, ou seja, a práxis social” (Triginelli, 2016, p. 327). A partir desse pressuposto, Lukács compreende que o ser do ser social é mantido na forma de substância, é o resultado alcançado pelo processo de reprodução. Todavia, tal processo é apreendido de forma simultânea, tanto como um complexo quanto como um conjunto de resultados acumulados pelos pores teleológicos, sendo, portanto, indivisíveis quando é aceito ou não um valor. Dessa maneira, o valor, ao se realizar, coloca ao realizador o seu dever ser, entendendo-se o trabalho como um critério prático.

Quando o trabalho se realiza e se torna um produto, este é, em si, uma efetivação do homem, que já contém um valor para o ser social. Até aqui se revelou que todo pôr prático resguarda em si a intencionalidade, ou seja, a própria ação é permeada pelo propósito de alcançar um fim posto, “[F]im esse que pode ter uma expressão positiva ou negativa”. Todavia, a concretização de um fim vem acompanhada do objetivo de alcançar um valor, e é por isso que, em diversos casos, tem-se a impressão de que os valores não ultrapassam a síntese dos atos sociais. “Fato é que não seria possível aos valores tomar qualquer relevância ontológica na realidade social, caso não fossem efetivados em objetos destes pores” (Triginelli, 2016, p. 327). Contudo, seria errôneo considerar as condições de realização como equivalentes puros à gênese ontológica do valor.

A questão autêntica acerca da gênese está localizada em sua ininterrupta transformação, ponto onde está localizado o ser social em seu processo histórico/material de auto constituição e do resultante desdobramento de pores que têm sua origem a partir daí e, portanto, produzem valores.

Quando o ente humano concretiza tal movimento, ocorre a agregação de valores determinantes que foram mantidos e são, de maneira consciente ou inconsciente, de forma imediata ou pela via de mediações, imputadas interferências sistemáticas por meio das alternativas que nele exercem influência. É dessa forma que os valores se mantêm no interior do complexo processo social, modificando-se a todo tempo, e assim sendo parte constitutiva real da reprodução do ser social.

## **2 Trabalho, Sujeito-Objeto e Reprodução**

Lukács dedicou-se à relação entre sujeito-objeto e, igualmente, ao conseqüente afastamento que ocorre entre ambos a partir dessa relação. A efetivação de tal separação e a ocorrência de vida própria estão embasadas, fundamentalmente, em dois momentos: no primeiro, ocorre a concretização



do trabalho em produzir um objeto, que se torna um ente na realidade concreta; o segundo, por sua vez, está relacionado à linguagem. Ao tomar as elaborações de Engels como ponto de partida, o filósofo húngaro apreendeu a origem da linguagem como o surgimento de um novo complexo capaz de resolver questões e necessidades que se originam no processo de trabalho. Para Lukács, trata-se de um fato a necessidade humana de se comunicar. Essa necessidade fica explícita quando se apreende e compreende-se os meandros que envolvem a atividade sensível. Contudo, Lukács aprofunda sobre tal questão: apesar de reconhecer que, nas espécies superiores de animais, identifica-se maneiras de comunicação acerca de algumas necessidades, estas estão na esfera fenomênica. O que Lukács coloca em relevo é a diferença substantiva entre a forma como os animais se comunicam e a que foi explicitada por Engels em relação ao ser social. Nesse sentido, verifica-se a interposição de um abismo que as distingue. Portanto, a ocorrência do salto ontológico que possibilitou o desenvolvimento do processo de humanização e formação humana rompeu com a forma fenomênica e iniciou o desenvolvimento, que elevou o novo ser a uma condição qualitativamente superior à condição anterior.

O desdobramento do complexo acima tratado possibilita ao ser social demarcar diferenciações que os tornam capazes de construir signos, que podem se fazer presentes nos mais diversos contextos.

Dessa maneira, Lukács esclarece que o processo de desenvolvimento do trabalho, conseqüentemente, dá origem a vários grupos de mediações que oferecem sustentação aos objetivos, traçados pelos homens, para obter fins imediatos. Entende-se, com isso, que o homem que trabalha desempenha o esforço visando a satisfação de suas necessidades reais. “Por isso, no interior do trabalho, surge uma importante diferença que se interpõe entre a forma de finalidade imediata e mediata. Dessa forma, a práxis social somente é estabelecida a partir da generalização dessa relação na totalidade social”. Lukács alcança a dimensão precisa do fato de que, ao elencar como ponto de partida a generalização acima explicitada, têm-se experiências no trabalho que dão origem a relações e estruturas inéditas em relação àquelas conhecidas antes de tal momento. Todavia, ele destaca o

fato de essas relações serem insuficientes e incapazes de modificar a situação posta pela diferença estabelecida entre o imediato e mediato, pois é preciso ressaltar que sua gênese está no trabalho. Essa é a razão pela qual, mediado pela linguagem, somente através do afastamento intelectual dos objetos, é possível realizar o real afastamento provindo do trabalho, uma vez que é por essa via que se chega ao ponto de ser possível a realização da comunicação e do tornar-se patrimônio comum dos seres sociais de determinadas comunidades existentes no cotidiano da realidade social. “Todo processo transcorrido, em sentido histórico, no trabalho, que representa o salto que conduziu o ser natural à passagem à esfera social, pode também ser identificado, igualmente, no processo de desenvolvimento da linguagem” (Triginelli, 2016, p. 329).

Lukács destaca o fato de que, ao efetuar e efetivar o salto ontológico, a humanidade caminha da esfera natural à esfera social. Dessa forma, o trabalho resguarda em si uma parcela fundamental ao que toca o desdobramento da consciência desse ser, já que nela está constituída e contém a essência de funções fundamentais à realização dos pores teleológicos constituintes da práxis.

Para Lukács, a totalidade das transformações realizadas por esse ser, em última instância, mesmo diante do acumulado proporcionado pela produção de conhecimento, de todo patrimônio historicamente alcançado, estão condicionadas às primárias condições naturais indispensáveis à reprodução da vida. Por essa razão, não se verifica qualquer tipo de mudança nas bases primárias, afinal, na esfera biológica, a consciência, mesmo com a totalidade dos desdobramentos alcançados na esfera social, mantém-se entrelaçada, ou seja, de forma inseparável, ao processo reprodutivo na esfera biológica do seu sistema corporal.

Diante de tais constatações, apreende-se o surgimento de dois fatos que inicialmente parecem ser contrários. Contudo, quando analisados de forma imanente, constata-se a inexistência de contradição entre eles. Primeiro, tem-se a classificação lukácsiana acerca da inter-relação indissociável da ação consciente no interior do processo que promove o desenvolvimento do corpo enquanto organismo vivo; dessa

forma, Lukács tem a clareza de que cada consciência resguarda um caráter individual, de modo que ela está ligada ao corpo do nascimento à morte. Segundo, ao se debruçar sobre o processo de trabalho, Lukács lança mão de definir a consciência como aquela que desdobra a função de guiar o corpo. Isso quer dizer que é através da consciência que o humano obtém o domínio de si mesmo em seus aspectos físicos, configurando-se, portanto, parte essencial para o desenvolvimento das tarefas presentes no trabalho com o objetivo de realizar os pores teleológicos, já que é sabido que estes somente podem ter sua origem e determinação na consciência.

Ao partir desses termos, Lukács faz a relação entre os desdobramentos obtidos pelas ciências biológicas à condição que ela oportuniza em oferecer, paulatinamente, os meios que confirmam a indissociabilidade entre corpo e consciência. Da mesma forma, também demarca a impossibilidade de existência de uma alma no estado de substância autônoma. Sobre a relação apresentada envolvendo objetividade e subjetividade, Fortes (2001) auxilia ao expor que:

Esta dupla ordem de exigências impõe uma transformação do comportamento do homem, pois o êxito de sua atividade depende do disciplinamento e adequação de seus atos e sensações, que devem responder efetivamente não apenas à finalidade, mas à própria legalidade dos nexos e leis que regem os objetivos e elementos naturais com os quais lida no decorrer do processo laborativo. De forma que o trabalho implica concomitantemente a transformação do elemento natural e a transformação do próprio sujeito que trabalha – o homem ao transformar a natureza, transforma a sua própria natureza. Com isto tem lugar o desenvolvimento de novas qualidades físicas e psicológicas; surge pela primeira vez o “crescente domínio da inteligência sobre as inclinações espontâneas biológicas”, e se desenvolvem novas qualidades no sujeito tais como destreza, espírito de observação, disciplinamento das emoções, etc., que favorecem de modo relevante um maior domínio sobre a relação com a natureza. O trabalho é nesta medida considerado como o primeiro lugar em que estão dados

os primeiros lineamentos para o desenvolvimento posterior da subjetividade (FORTES, 2001, p. 106).

Não causa surpresa o fato de Lukács debater com as formas teológicas, místicas e, portanto, idealistas que se dedicam em entender e explicar a realidade social e, ao mesmo tempo, exercer o domínio da natureza pelos caminhos abertos a partir das concepções idealistas e místicas. Porém, vale ressaltar que o fundamento que sempre demarca o ponto de partida está posto no trabalho humano; Deus, posteriormente ao ato de criar (trabalhar) o mundo em sua totalidade durante seis dias, descansou no sétimo. Nosso autor, de forma criteriosa, percorre um caminho contrário, pois se ocupou em explicitar a incorreção de tais apreensões. Ao tomar o estatuto ontológico marxiano como ponto de partida – pois entende que este se apresenta substancialmente superior às elaborações anteriores e, por essa razão, possibilita apreender, compreender e reproduzir de forma rigorosa e correta a realidade –, Lukács identificou o trabalho como a categoria que detém a prioridade ontológica e é o complexo originário, pois é a partir dele, enquanto mediação na relação do humano com a natureza, que o desenvolvimento das condições materiais e históricas do ser social se tornam possíveis. Ao realizar esse movimento, o filósofo húngaro apreende o domínio exercido pela consciência na efetivação dos pores de fins em relação ao restante do conjunto presente no interior do ser do homem. Esse domínio ocorre, principalmente, acerca de questões relacionadas ao corpo e ao desenvolvimento comportamental, como contorno crítico-distanciado, que se obtém no decorrer da história e se faz presente nos mais diversos e inéditos conteúdos, como também nas diferentes formas.

Sendo assim, é preciso apenas lançar luz sobre a distinção da peculiaridade presente nas concepções dos modelos de trabalho no percurso que corresponde ao desenvolvimento do ser social. Resumidamente, é preciso referir-se aos aspectos gerais caracterizadores das diferenças entre essas formas. Ao tomar os pores teleológicos secundários, apreende-se a intensificação “da complexidade da forma do dever ser, tomando-os através da forma de uma prática que se direciona efetivamente às alternativas morais

entre outros” (Triginelli, 2016, p. 332). A conclusão alcançada, todavia, e que se põe como marca da

radicalidade dessas diferenças qualitativas, é que elas não conseguem impedir a constatação da existência de um fato comum que é fundamental no seio das diferentes posições existentes no dever ser, ou seja, toda prática dos homens sempre será um dever ser. Por si só, isso já demonstra que toda ação humana é permeada pela tomada de decisões sobre as alternativas efetivamente existentes, independentemente do fato de que tenham caráter natural ou social (Triginelli, 2016, p. 332).

A partir do exposto acima, Lukács confere tratamento a uma questão que, para ele, aparenta ser cara. Nesse ponto, o autor toma a categoria liberdade como possibilidade real a partir do desenvolvimento histórico do ser social. Para tanto, demarca como ponto de início a concretização da liberdade, o complexo trabalho e sua prioridade ontológica na totalidade do processo de desenvolvimento material histórico humano. Nesse sentido, está posta, no e pelo trabalho, a possibilidade de o ser social assumir tal condição. Tal possibilidade pode ser e é tomada no grau máximo, justamente por aceitar a proposição de se alcançar a liberdade plena pela humanização proporcionada pelo e no trabalho.

Só é possível se colocar nessa direção por estar posta a possibilidade de realização de escolhas concretas que, pela ação humana, alcancem a efetivação. Também se faz necessário o elemento que oportuniza o ter-se condição de promover transformações contínuas na realidade e, assim, paulatinamente, ampliar o afastamento das barreiras naturais. O resultado obtido pelo trabalho humano explicita-se na promoção da divisão e diminuição do tempo socialmente necessário para se alcançar a satisfação das necessidades biológico-naturais. Tal desenvolvimento propicia ao homem acumular mais tempo livre, o que, por sua vez, potencializa a possibilidade de avanço em seu processo de humanização (arte, filosofia, ciência etc.).

Em Lukács, torna-se, portanto, compreensível o fato de, na esfera de cada ato singular do ser social, relativamente, se desdobrarem maneiras particulares de legalidade, de liberdade, que, no desenvolvimento do processo das transformações que ocorreram em sua totalidade, produzem modificações próprias.

O que se coloca como liberdade para o ser social é, antes de tudo, algo estranho à natureza. Isso se dá pelo simples fato de, a partir do momento que a consciência apropria-se para si do poder de decisão, partindo das alternativas postas ao ser social, este, que por sua vez, centraliza em si o poder de escolher e definir a finalidade a ser posta e, assim, determinar a forma como a transformação das cadeias causais naturais será realizada já na esfera e forma de cadeias causais postas como realização do ser social, é daí que advém o complexo dinâmico, algo impossível de ser localizado ou comparado com qualquer epifenômeno na natureza.

Para Lukács, a única forma de apreender e compreender a liberdade está presente na gênese ontológica do trabalho. Por essa razão, o autor demonstra como a gênese da liberdade coincide, desde o processo primário, aos atos de consciência. Assim, enquanto promotores da produção de novos entes, os resultados de tais atos estão rigorosamente entrelaçados ao trabalho consciente que, a partir de escolhas, transforma e põe finalidade, com o objetivo de satisfazer necessidades. “Daí que a base que fundamenta a liberdade somente pode ser a realidade, justamente por ela ser constituída por uma escolha concreta, em meio às várias existentes em sua base”. A liberdade é, igualmente, caracterizada ontologicamente por constituir parte da realização e modificação da realidade concreta. Isso quer dizer que, na dimensão do real, no sentido posto de transformá-la, não se pode excluir essa relação nem das mais amplas abstrações. “Esse movimento permite a abertura de um grande leque de possibilidades de pores reais de fins e multiplicidades, entretanto, o delineamento dos limites é passível, como também é preciso que em cada situação seja delimitada com rigor”. Isso posto, fica evidenciado “que o projeto ideal, antes de tomar forma enquanto um ente posto”, não resguarda qualquer relação com a liberdade (Triginelli, 2016, p. 333).

A partir dessa determinação de Lukács, o autor apresenta e estabelece a possibilidade de alcance da liberdade. Essa afirmação é possível por ter-se acumulado uma ampla gama de conhecimento a respeito das cadeias causais que atuam em cada situação. Conforme se estabelece maior domínio, obtém-se maior profundidade no conhecer das propriedades naturais, torna-se mais evidente as possibilidades de transformação, conseqüentemente, tornando-as cadeias causais postas. Nesse sentido, Lukács, em sua ontologia, deixa claro que uma verdade ontológica somente pode ser localizada quando se toma e se parte da totalidade concreta.

### **3 Conclusão**

Tomando como ponto de partida e estudo a Ontologia de György Lukács, torna-se passível apreender, compreender e reproduzir o que nosso autor intitula como formação humana. Nesse mesmo esforço, também se apreende o desenvolvimento do processo histórico e material que possibilita a autofundação do ser social e o resultante desenvolvimento desse processo na esfera da sociedade. Esse esforço se tornou possível a partir do retorno a algumas determinações ontológicas fundamentais no movimento de autofundação do ser social, sob o rigor imanente de análise dos fatos que são parte da totalidade humana social.

Para se estudar tais determinações ontológicas, tomou-se o procedimento de leitura e análise imanente, ou seja, pela lente marxiana, se realizou o estudo da ontologia do ser social de Lukács. Esse procedimento possibilitou confirmar que, mesmo que a intenção do autor não fosse a formulação de uma obra de síntese, foi o que de fato ele fez. Como a base teórica lukácsiana na obra estudada é a teoria marxiana, cabe sinalizar brevemente a semelhança que o último esforço filosófico do nosso autor guarda em relação à obra do filósofo alemão: o interesse de Marx em sua obra de síntese, *O Capital*, era alcançar, com o máximo rigor, a apreensão da condição material e histórica de produção e reprodução do processo que

possibilita o surgimento da sociabilidade e explicitar como esse desenvolvimento social se tornou possível a partir dos desdobramentos do trabalho enquanto categoria central no processo de constituição humana e social. Para se alcançar esse objetivo, o filósofo alemão aplicou esse procedimento e pôde apreender, compreender e reproduzir as formas históricas sociais até alcançar o formato de sociedade mais desenvolvida pelo capital: o capitalismo. Consequentemente, não era suficiente explicitar e realizar a crítica ao sistema de organização social mais acabado. Conhecê-lo era tarefa fundamental para localizar as alternativas a ele postas. Ou seja, Marx compreendia o capitalismo como um sistema social datado historicamente e percebeu que nada o naturalizava ou o eternizava. Por isso, defendeu que não devemos nos limitar em entender o mundo, mas é necessário transformá-lo.

Por sua vez, Lukács se debruçou sobre a realidade soviética como objeto concreto a ser apreendido, compreendido e rigorosamente reproduzido. Ao se dedicar a tal empreitada, identificou potentes contradições e, quando não, se deparou com tratamentos absolutamente vulgares acerca da teoria social marxiana. Em um esforço filosófico extremamente honesto, o filósofo húngaro procurou corrigir de forma imanente as deformações praticadas e promovidas sobre tal teoria. Nesse sentido, objetivou apreender, compreender e reproduzir toda a potência teórica e prática que a teoria oferecia para então se empenhar em promover e propor, a partir da própria teoria de Marx, o “Renascimento do Marxismo”.

Defronte às diversas digressões e deformações tanto do que diz respeito à prática quanto ao tocante à teoria acerca da produção e reprodução social, Lukács se colocou em posição de buscar compreendê-las e explicitá-las para reformá-las. Igualmente, o problema se encontrava no que tangia à produção do conhecimento. Nesse sentido, parece notório o empenho do filósofo húngaro em imanentemente apreender, compreender e reproduzir, com extremo rigor e exatidão, o processo material e histórico de desenvolvimento do ser social, o que, por sua vez, tornou possível a condição da reprodução de si mesmo em bases capitalistas. Contudo, não foi somente essa forma de reprodução societária pelo ser social que o



interessava. Ele se empenhou em larga escala em compreender rigorosamente a reprodução desse ser na forma de organização social, pós-capitalista, que vigorou e dividiu o mundo ao longo do século XX.

Para alcançar êxito nessa tarefa, Lukács se empenhou, a princípio, na compreensão imanente do complexo do trabalho como a base concreta que tornou possível e conferiu suporte ao ser orgânico na realização do que denominou como salto ontológico. A partir daí, a possibilidade em desenvolver e consolidar sua potência enquanto ser que se coloca no mundo transforma os entes naturais e ao mesmo tempo a si próprio pela sua atividade laborativa. Essa é a gênese do processo que possibilita o desdobramento e origem dos diversos complexos sociais que compõem o gênero humano e seu mundo. Por sua vez, tais complexos desencadeiam e passam a funcionar como engrenagens na totalidade desse ser. Forjadas no processo de trabalho, essas engrenagens tornam possíveis, no decorrer da história, a eclosão e o desenvolvimento de formas cada vez mais sofisticadas de estruturas sociais.

A constituição social a partir do advento da propriedade privada, portanto, da sociedade de classes, proporciona o surgimento e desdobramento de novos complexos promotores do que é compreendido e reproduzido como sobreposição de classe. O surgimento e desenvolvimento da economia, da política, do Estado, do direito, da educação etc. como complexos sociais e puramente sociais foi como terra fértil à agricultura para o surgimento e difusão de ideologias. Por cumprirem uma função social, tais complexos categoriais, enquanto ideologias, manifestam na realização de sua função as ideias da classe dominante. Nesse sentido, enquanto forma de ser que cumpre uma função social, pretende conferir legitimidade na dimensão social às práticas que sobrepoem os interesses da classe dominante aos interesses da classe dominada. É por meio das estruturas aqui descritas que a formação humana se torna possível, isto é, a formação de pessoas prontas e preparadas para a reprodução dessa forma de existência. Aqui está representada a apreensão acerca do esforço de Lukács em constituir sua ontologia do ser social.

## Referências

CHASIN, José. Estatuto ontológico e resolução metodológica. São Paulo: Boitempo, 2009.

FORTES, Ronaldo Vielmi. Trabalho e Gênese do Ser Social na “Ontologia” de George Lukács. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Departamento de Filosofia, Belo Horizonte, 2001 (<https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-9R7J6S>)

LUKÁCS, György. Para uma ontologia do ser social II. Trad. Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2013.

LUKÁCS, György. Para uma ontologia do ser social I. Trad. Carlos Nelson Coutinho; Mario Duayer; Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, Karl. Para a crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultura Ltda, 1999.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). Trad. Rubens Enderle, Nélio Schneider, Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

TRIGINELLI, Daniel Handan. Faculdade de Educação (FaE) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 2016.

Data de registro: 23/03/2023

Data de aceite: 10/07/2023